**AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUAS REPERCUSSÕES NOS CURSOS DE LICENCIATURA**

Isabella Tolentino Prates

Universidade Estadual de Montes Claros

isabellatolentinoprates@gmail.com

Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida

Universidade Estadual de Montes Claros

shirley.almeida@unimontes.br

**Eixo 6: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Resumo simples:** O presente estudo objetivou analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFP) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC–Formação), instituídas por meio da homologação da Resolução CNE/CP nº 02/2019. Considera-se fundamental a análise das políticas públicas educacionais para formação de professores, sobretudo pelo entendimento de residirem, nesse contexto, muitos embates, demarcados por interferências políticas e questões socioeconômicas. Os procedimentos metodológicos se deram pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista com roteiro semiestruturado, sendo a análise permeada pelas ideias de autores da Pedagogia Histórico-Crítica. Os resultados demonstram que as diretrizes instituídas pela homologação da Resolução CNE/CP nº 02/2019 reproduzem a pedagogia das competências, encetam o processo de agravamento da desvalorização do profissional do Magistério e progressiva perda de autonomia curricular nas instituições de ensino superior.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação de Professores da Educação Básica. Pedagogia. Matemática.

**Introdução**

A aprovação da Resolução CNE/CP n° 2/2019, em substituição da Resolução CNE/CP nº 2/2015, instituiu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFP) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A homologação da referida resolução configurou-se pela necessidade de adequação das licenciaturas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir das mudanças emanadas, considera-se fundamental a discussão sobre a formação de professores, problematizando as normas que estão em vigência e que orientam a elaboração dos currículos de formação. Sendo assim, a pesquisa lançou olhares sobre o processo de implantação dos referenciais para a formação docente, focalizando os cursos de Matemática e Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**Justificativa e problema**

Qual(is) foi/foram a(s) repercussão(ões) das DCNFP nos cursos de licenciatura, em especial de Matemática e Pedagogia da Unimontes, no período de 2019 a 2023, considerando os desdobramentos políticos, pedagógicos e legais? A escolha do marco temporal justifica-se pelo fato de que, a partir da aprovação da Resolução do CNE/CP nº 02/2019, as universidades deveriam adequar suas licenciaturas com base na sua proposta, sendo o prazo estabelecido, inicialmente, de dois anos, o qual foi prorrogado por mais dois anos.

**Objetivo**

Esta pesquisa objetivou analisar as DCNFP, considerando a Resolução CNE/CP nº 2/2015; o Parecer da BNC–Formação, de 18 de setembro de 2019; a Resolução CNE/CP nº 02/2019, suas repercussões, seus impactos e possíveis desdobramentos na formação docente em Nível Superior nos cursos de Matemática e Pedagogia da Unimontes.

**Referencial teórico**

Essa pesquisa apresenta uma discussão ancorada em autores que debatem sobre da Pedagogia Histórico-Crítica, como Saviani (2011; 2012; 2014; 2020), Duarte (2018), Zank e Malanchen (2020), Zuck e Bortoloto (2016), Gama e Prates (2020), Santos e Orso (2020) e Lavoura e Ramos (2020), buscando caracterizar a formação de professores por um processo de desenvolvimento intelectual e aprofundamento dos conhecimentos científicos e filosóficos e não meramente voltada para a formação de competências.

**Procedimentos metodológicos**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos métodos de investigação constituíram-se de pesquisa bibliográfica e de campo. Inicialmente, caracterizou-se o percurso histórico das políticas públicas educacionais para formação de professores em âmbito nacional, bem como deslindou-se o que as pesquisas antecedentes a essa indicam sobre as repercussões das DCNFP no contexto educacional brasileiro. Num segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental seguida de entrevistas com roteiro semiestruturado, para análise e discussão acerca dos possíveis desdobramentos da implementação dessa normatização, em especial dos cursos de Matemática e Pedagogia da Unimontes.

**Análise dos dados e resultados finais**

Os resultados apontam que as diretrizes instituídas pela homologação da Resolução CNE/CP nº 02/2019 reproduzem a pedagogia das competências, a qual caracterizou as políticas públicas educacionais dos anos de 1990, amplamente criticada por sua tendência pragmática. Além disso, encetam um progressivo agravamento da desvalorização dos professores, que se tornam os únicos responsáveis pelo seu processo de desenvolvimento profissional. Por fim, os resultados contribuem, ainda, para a perda de autonomia curricular com centralização da formação docente no desenvolvimento de competências relacionadas à BNCC.

**Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

O presente estudo possui estreita relação com o tema “Educação em (re)construção: desafios para a democracia e a formação de professores(as)”, apresentando a possibilidade de se discutir sobre os processos que envolveram a transição das diretrizes para a formação de professores da Educação Básica e os possíveis desdobramentos nos cursos de Licenciatura, em especial de Matemática e Pedagogia, foco desta pesquisa.

**Considerações finais**

O processo de formação docente centrado no desenvolvimento de competências, tal qual vislumbrado na Resolução CNE/CP nº 2/2019, desvela seu sentido calcado a partir dos interesses do mercado, objetivando produzir um profissional prático, de baixo custo. Afasta-se, assim, a formação do professor dos conteúdos necessários para a sua compreensão crítica da realidade, tal como preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica, teoria pela qual fazemos defesa.

**Referências**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 1º jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2019.

DUARTE, Newton. O Currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 139–145, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1983- 1579.2018v2n11.39568.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. Campinas, Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia histórico-crítica. Conferência realizada no Centro Regional de Professores do Norte, Rivera, Uruguai, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: KRA WCZYK, Nora. (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas: FE/ UNICAMP; Uberlândia: Navegando, 2018, p. 23-32.